

A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NA ESCRITA DO TEXTO CIENTÍFICO

Rosângela Alves dos Santos BERNARDINO⁶

José Cezinaldo Rocha BESSA⁷

Ilderlandio Assis de Andrade NASCIMENTO⁸

Jorge Luis Queiroz CARVALHO⁹

Resumo: Neste trabalho, analisamos a responsabilidade enunciativa em textos científicos. Elegendo a categoria dos fenômenos de modalização autonímica da proposta teórico metodológica da Análise Textual dos Discursos (ATD) formulada por Adam (2008) e dialogando com os pressupostos de Authier-Revuz (1998; 2004) acerca dessa categoria, analisamos, qualitativamente, artigos científicos produzidos por estudantes de curso de Letras de uma instituição de ensino superior pública. Concluímos que, de tanto reproduzirem outras vozes e de recorrerem aos pontos de vista dos outros, os estudantes de Letras tendem a revelar, na maioria das vezes, uma posição de concordância em relação ao dizer de outrem.

Palavras-chave: Artigo científico. Estudante de Letras. Não coincidências do dizer. Responsabilidade enunciativa.

Abstract: *In this work we analyze the enunciative responsibility in scientific texts. We elect the category of the autonomous modalization from the theoretical and methodological proposal of Textual Analyses of Speech formulated by Adam (2008) and dialoguing with the assumptions of Authier-Revuz (1998; 2004) about this category, we analyze qualitatively, scientific essays produced by Letras students of a public higher education institution. We conclude that, in both reproduce other voices and resorting to the other's points of view,*

⁶Professora do Departamento de Letras do *Campus* de Pau dos Ferros/UERN. Mestre e doutoranda em Estudos da Linguagem/UFRN. Membro do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto/GPET. Pau dos Ferros, RN, Brasil, e-mail rosangelabernardino@uern.br.

⁷Professor do Departamento de Letras do *Campus* de Pau dos Ferros/UERN. Mestre em Estudos da Linguagem/UFRN. Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa/UNESP/FCLar. Membro do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto/GPET. Pau dos Ferros, RN, Brasil, e-mail cezinaldobessa@uern.br.

⁸Graduando do Curso de Letras, habilitação em língua portuguesa e respectivas literaturas, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto/GPET. Pau dos Ferros, Brasil, e-mail: ilderlandionascimento@yahoo.com.br.

⁹Graduando do Curso de Letras, habilitação em língua inglesa e respectivas literaturas, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Bolsista PIBIC/UERN. Membro do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto/GPET. Pau dos Ferros, Brasil, e-mail: jorgecarvalho15@gmail.com.

Letras students tend to reveal, in most cases, a position of agreement in relation to the word of others.

Keywords: Scientific essay. Letras student. Non-coincidences of saying. Enunciative responsibility.

Introdução

O interesse por estudar o texto produzido no contexto acadêmico-científico ganha cada vez mais espaço e várias são as abordagens teóricas que o tomam como objeto de investigação. Sob o enfoque textual e discursivo, testemunhamos, por exemplo, os estudos de Matencio (1997), Rodrigues (2003), Boch e Grossman (2002), Ramires (2007), entre outros. A partir da análise de gêneros acadêmicos diversos, tais pesquisas apontam questões que têm preocupado professores e demais pesquisadores da área, principalmente aqueles que trabalham com o ensino e a produção textual no universo acadêmico. Os problemas constatados são os mais diversos, abrangendo, entre muitos outros, aqueles referentes aos modos de introduzir, citar, comentar, parafrasear, explicar, retomar e interpretar o dizer do outro, bem como posicionar-se em relação a esse dizer.

Neste trabalho, o foco recai especificamente sobre os pressupostos da Linguística Textual (LT) e, mais precisamente, no seu quadro teórico da Análise Textual dos Discursos (ATD), a partir da abordagem teórico-metodológica proposta por Adam (2008) acerca da *responsabilidade enunciativa*.

Partindo dos pressupostos da ATD, alguns estudos já foram desenvolvidos, sobretudo após a tradução, para o português, da obra de Adam (2008) intitulada *La linguistique textuelle: introduction à l'analyse textuelle des discours*. Pode-se mencionar, por exemplo: Passeggi *et al* (2010), que abordam as principais categorias da ATD e as aplicam à análise do discurso político, literário e acadêmico e Rodrigues (2009), que analisa a responsabilidade enunciativa em gêneros discursivos produzidos por estudantes da graduação em Letras; entre outros. Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (PASSEGI *et al.*, 2010), na verdade, analisam o discurso político, mais precisamente o discurso de renúncia, com base em categorias como a representação discursiva, a responsabilidade enunciativa.

Com o propósito de colaborar para a divulgação e fortalecimento da ATD entre as linhas de investigação dos estudos da linguagem no Brasil, o trabalho aqui apresentado toma como objeto de estudo o texto acadêmico-científico, especificamente o artigo científico produzido por estudantes do Curso de Letras, objetivando examinar as marcas da responsabilidade enunciativa mobilizadas por esses estudantes na construção de sentidos do texto, tomando como recorte a categoria dos fenômenos de modalização autonímica. Com isso, buscamos responder às seguintes questões: (i) que marcas linguísticas assinalam a responsabilidade enunciativa na escrita dos artigos científicos e como são mobilizadas? (ii) De que modo o estudante se posiciona em relação aos pontos de vista inscritos no texto? Ao responder essas questões, mostramos como os sentidos do texto acadêmico-científico são construídos, no que se refere ao diálogo com as diversas vozes que o atravessam.

Assim, este estudo se faz relevante por permitir estudar um importante aspecto referente à escrita acadêmico-científica – que é o fenômeno da responsabilidade enunciativa – podendo, assim, contribuir para o ensino de textos na Universidade, tendo em vista que esse é um aspecto ainda não abordado nos manuais de metodologia científica, nem está contemplado como conteúdo em ementas de componentes curriculares dos cursos de Letras voltados à produção de textos.

Como suporte teórico, este estudo apoia-se em pressupostos da ATD (ADAM, 2008), retomando a noção de responsabilidade enunciativa, que será discutida em diálogo com os estudos de Passeggi et al. (2010) e de Rabatel (2009). Além disso, utilizamos como categoria de análise *os fenômenos de modalização autonímica*, seguindo os estudos de Authier-Revuz (1998; 2004), autora a quem Adam (2008) nos indica como fonte de referência, em especial, no que concerne ao estudo das não coincidências do dizer como marcas da responsabilidade enunciativa.

Esta pesquisa é de natureza descritiva e interpretativa, que se orienta, principalmente, por uma abordagem qualitativa. Para esta pesquisa, selecionamos dez artigos científicos produzidos por estudantes graduandos em Letras e publicados no VII Colóquio de Professores de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura (CMELP). Selecionamos artigos produzidos preferencialmente por estudantes dos períodos finais do curso, ou seja, do 7º e 8º períodos, e cuja temática estivesse vinculada à área dos estudos linguísticos do texto e do discurso.

Estruturamos este trabalho procurando, primeiramente, fazer algumas considerações sobre a ATD e, posteriormente, discutir sobre a responsabilidade enunciativa no âmbito dessa abordagem teórica, adotando, também, os postulados de Rabatel (2009). Em seguida, apresentamos a seção de análise dos dados, onde procuramos atender aos objetivos elencados anteriormente, estudando as formas de materialização da responsabilidade enunciativa com base na categoria dos fenômenos de modalização autonímica.

Considerações teóricas sobre a Análise Textual dos Discursos (ATD)

Adam (2008) afirma que a ATD surge para responder questões não alcançadas pelas teorias existentes no campo dos estudos do texto e do discurso. Esse ponto é defendido pelo autor logo na introdução de sua obra *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*, a qual tem como fio condutor a formulação de uma “teoria da produção co(n)textual de sentidos, que deve fundar-se na análise de textos concretos” (ADAM, 2008, p.23).

A proposta de Adam (2008) tem como ponto central analisar textualmente os discursos, partindo do princípio de que os textos orais e escritos materializam-se nos mais diversos gêneros textuais. O autor delinea, para a ATD, uma abordagem que considere tanto o plano linguístico, como propõe a Linguística textual, quanto o plano dos discursos. Esses dois planos são apresentados de modo articulados, fazendo com que a abordagem de análise da ATD abarque a complexidade do texto/discurso.

Para elaborar sua proposta, Adam (2008) retoma as contribuições de Saussure e de Benveniste acerca dos estudos da linguagem. Fazendo exame de notas de aulas de Saussure, que vê a “língua como um estoque ou depósito de signos-palavras”, Adam (2008, p.32) entende que: “A definição do discurso como ligação entre conceitos revestidos de uma forma linguística deixa em aberto a questão da natureza e da extensão desses encadeamentos.” Assim, o autor entende que, em Saussure, o discurso era visto como uma ligação entre signos. Esses signos estariam já postos na língua e esperavam serem postos em funcionamento. Já em Benveniste, Adam (2008, p.34) diz que se tem a primazia da “realização do discurso, o que ele [Benveniste] vai progressivamente designar como *enunciação*”. Segundo Adam (2008), Benveniste privilegiou o discurso e não o sistema, ao entender que a enunciação é fluxo comunicativo sempre em andamento e o enunciado é o produto dele resultante.

Feito esse levantamento teórico em torno dos estudos linguísticos, Adam (2008) se propõe a explicar o lugar da Linguística textual na Análise do discurso, visto que, desde seu surgimento, a análise das práticas discursivas e a Linguística textual se desenvolveram de modo autônomo e paralelo. Desse modo, Adam (2008, p.43) afirma que busca “articular uma linguística textual desvincilhada da gramática de texto e uma análise de discurso emancipada da análise de discurso francesa (ADF)”. Ao mesmo tempo, a ATD postula uma “separação e uma complementaridade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise de discurso, definindo a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas” (ADAM, 2008, p.43). Articulando, portanto, as propostas dessas duas abordagens, Adam (2008) inova ao situar a Linguística textual no quadro mais amplo da Análise de discurso.

Ao propor esse plano de abordagem, Adam (2008, p.24) deixa claro que “não propõe uma teoria unificada original, mas as grandes linhas de uma abordagem decididamente eclética.” As categorias apresentadas e exemplificadas por esse estudioso, portanto, não são esgotadas em suas possibilidades de análise, mas são *grandes linhas* que se desdobram em vários aspectos ou categorias. Desse modo, ao propor essa possibilidade de análise de texto, ele abre leques diversos de abordagens do texto/discurso, considerando essa teoria integrada, que coloca a LT e a AD como partes de uma única proposta unificada de análise de texto.

Além disso, a proposta da ATD retoma “uma definição da textualidade como conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ou na leitura/audição, que uma sucessão de enunciados forma um todo significativo” (ADAM, 2008, p.25). Desse modo, são considerados não apenas os elementos linguísticos, mas também os sujeitos, os encadeamentos, os co(n)textos na produção de sentidos de um determinado texto.

Em leitura dos estudos de Adam (2008), Passeggi *et al.* (2010, p.263) dizem que “a análise Textual dos Discursos pretende responder à demanda de propostas concretas para a análise de textos, apresentando uma ‘reflexão epistemológica e uma teoria de conjunto’”. Essa proposta surge do fato de ser o texto um *objeto empírico complexo*, necessitando de um *novo quadro de conceitos das diferentes ciências da linguagem*.

A proposta de Adam (2008) é, portanto, relevante por apresentar essa abertura na análise de textos concretos, resultando de um forte diálogo com as teorias enunciativas e com as duas vertentes teóricas aqui citadas, LT e AD, recolocando-as em novas categorias de análises e, assim, possibilita abarcar o estudo do texto em sua complexidade.

Ao apresentar os contornos da ATD, Adam (2008) elabora diversos esquemas que ilustram o lugar da LT dentro do quadro mais amplo da análise dos discursos. Em um dos esquemas, conforme a interpretação de Passeggi *et al.* (2010, p. 268), embora não esteja explícito em Adam (2008), as dimensões semântica, enunciativa e argumentativa do plano textual “são abordadas com base na proposição-enunciado, isto é, no enunciado mínimo”. Esses enunciados mínimos, chamados de proposição-enunciado, ligam-se entre si, através das operações de ligação, a fim de formar unidades textuais maiores, como períodos, sequências e planos de texto.

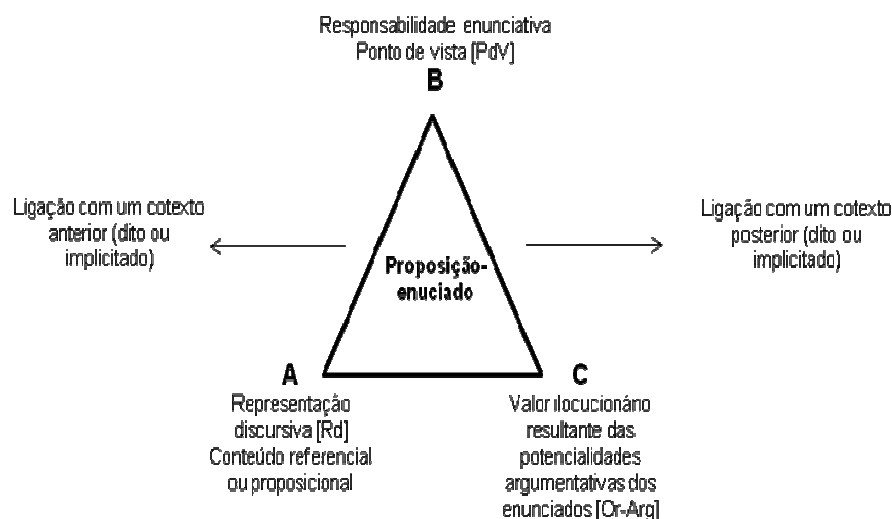
A proposição-enunciado pressupõe, ainda, a existência de três dimensões complementares, a saber: a representação discursiva, que diz respeito à construção de sentido das proposições-enunciadas, baseando-se no princípio de que a linguagem faz referência e requer uma atividade de interpretação das proposições também por parte de locutores; a responsabilidade enunciativa, que dá conta do desdobramento polifônico, nos mostrando quem são os responsáveis pelos pontos de vista citados; e o valor ilocucionário, responsável por conferir à proposição-enunciado sua potencialidade argumentativa. A seguir, nos deteremos no estudo da responsabilidade enunciativa, vista como uma das dimensões da proposição-enunciado.

A responsabilidade enunciativa sob duas perspectivas

Coltier, Dendale e Brabanter (2009) apresentam a responsabilidade enunciativa ou *responsabilização* como um conceito que vem sendo discutido ao longo dos tempos por diferentes pesquisadores e que, devido a isso, recebeu definições teóricas bastante divergentes. Nesta seção, dado o enfoque do nosso trabalho, o estudo da responsabilidade enunciativa tomará como base os pressupostos de Adam (2008) e de Rabatel (2009). Convocamos esses dois autores tendo em vista que estudaremos a responsabilidade enunciativa como uma das dimensões da unidade textual de base da ATD e também pelo fato de encontramos um ponto em comum no modo como esses dois autores concebem a responsabilidade, tendo em vista a possibilidade de assunção e imputação dos pontos de vista (PdV).

Adam (2008) trata a responsabilidade enunciativa como uma das dimensões elementares da unidade textual, a proposição-enunciada, concebida por ele como “uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação,

portanto, como um *enunciado mínimo*” (ADAM, 2008, p.106). Nesses termos, a proposição-enunciada “é produzida por um enunciador inseparável de um co-enunciador” (ADAM, 2008, p.108) e pressupõe a existência de três dimensões complementares que nos mostram que não existem enunciados isolados, mas sim, que eles se interligam através de co(n)textos. Para elucidar melhor essa questão, recorreremos ao seguinte esquema elaborado pelo autor:



Fonte: Passeggi *et al* (2010, p.299), adaptado de Adam (2008, p.111)

Esse esquema nos mostra que a proposição-enunciada valida-se por meio de uma interrelação entre suas três dimensões. Nesse sentido, a validade da proposição-enunciada se realiza mediante a combinação entre uma representação discursiva [A] e a responsabilidade enunciativa/ponto de vista [B]. Essa combinação exige, ainda, como essencial, um valor argumentativo [C] que projete seu valor ilocucionário. É importante mencionar que esse esquema, embora produzido em forma de um triângulo, não tem como objetivo hierarquizar as dimensões constitutivas da proposição-enunciada, mas sim, mostrar que elas são interdependentes.

Nesse sentido, vemos a representação discursiva [A] ser posta em paralelo com o valor ilocucionário [C], tendo a responsabilidade enunciativa/ponto de vista [B] em uma posição interposta a ambos. Adam (2008), além disso, considera que a responsabilidade enunciativa liga-se através de cotextos anteriores e posteriores. O termo co(n)texto é utilizado “para dizer que a interpretação de enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à

esquerda e/ou a direita (co-texto) como na operação de contextualização” (ADAM, 2008, p.53).

Isso pode ser entendido levando em conta que Adam (2008) sugere que toda representação discursiva pressupõe a manifestação de um ponto de vista. Já o valor ilocucionário, resultante das potencialidades argumentativas, de acordo com esse autor, é indissociável de uma representação discursiva. Já no que se refere à responsabilidade enunciativa de uma proposição-enunciado, vemos que ela só assume sentido na relação com o valor argumentativo do mesmo.

Essa relação entre responsabilidade enunciativa e valor argumentativo, aliás, também ganha destaque nos estudos acerca a responsabilidade enunciativa propostos por Rabatel (2009), que nos diz que uma força ilocutória baixa não implica na não-assunção da responsabilidade enunciativa.

Rabatel (2009) entende que a força ilocutória, a qual é tratada por Adam (2008) como dimensão constitutiva da proposição-enunciada, independentemente da maneira pela qual se manifesta, não irá comprometer a responsabilidade enunciativa (RE). Para entender melhor essa questão, é preciso entrar numa discussão que aproxima o estudo Rabatel (2009) e o de Adam (2008), precisamente no tratamento da RE quanto a sua possibilidade de imputação. Adam (2008) nos mostra que existem PdV que são mobilizados por um primeiro locutor, sem que esse, necessariamente, os assuma. Rabatel (2009), mais explicitamente, defende a ideia de que a responsabilidade enunciativa diz respeito apenas aos conteúdos em que um primeiro locutor/enunciador (L1/E1) julga como válidos e assume em seu discurso.

Nesse sentido, Rabatel (2009) reconfigura alguns dos conceitos de responsabilidade enunciativa, propondo que a RE diz respeito ao enunciador primário. Isso, no entanto, não implica dizer que a RE não se relaciona com os segundos enunciadores. É nessa perspectiva que ele elabora a hipótese de uma quase responsabilidade enunciativa (ou quase-PEC, em francês), que diz respeito aos casos em que o ponto de vista é imputado a um segundo enunciador (e2), ou seja, quando outro é apontado como a fonte e enunciador responsável pelo dizer. A responsabilidade por imputação, assim, é atrelada ao dizer de uma fonte exterior ao primeiro locutor-enunciador (L1/E1). Isso, no entanto, não impede que o posicionamento desse L1/E1 seja demarcado, uma vez que é através da quase-responsabilização que esse mesmo L1/E1 poderá se posicionar e assumir o seu próprio ponto de vista posteriormente.

Assim, tendo configurado o conceito de imputação para os casos em que L1/E1 não assume os PdV mobilizados, Rabatel (2009) distingue três formas de posicionamento com o PdV do outro, que seriam: o acordo, o desacordo e a neutralidade. Essas formas de interagir com o PdV alheio e fazer materializar a responsabilidade enunciativa, seja nas suas possibilidades de assunção ou de imputação, podem ser demarcadas, segundo Adam (2008), por diferentes categorias. Adam (2008), em seus estudos, aponta oito categorias que permitem a materialização da responsabilidade enunciativa, são elas: índices de pessoas, dêiticos espaciais e temporais, tempos verbais, modalidades, diferentes tipos de representação de fala, indicação de quadros mediadores, fenômenos de modalização autonímica e indicações de um suporte de percepções de pensamentos relatados.

Essas categorias dialogam com pontos de vistas teóricos que nem sempre pertencem a uma mesma abordagem. Isso é indicado pelo próprio Adam (2008) quando menciona, em cada categoria, sua base fundamental. A título de exemplo, citamos a categoria *os diferentes tipos de representação da fala* que encontra embasamento teórico em Bakhtin (1990; 2006) e em estudos, por exemplo, de Maingueneau (2002; 2006). A categoria *as indicações de quadros mediadores* tem como referente teórico principal os estudos de Slatka Guentchéva (1994) e Authier-Revuz (1998; 2004). Já a categoria *as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos* encontra respaldo nos estudos de Philippe (2001) e Bergounioux (2004), enquanto que a categoria *os fenômenos de modalização autonímica*, que tomamos para análise nesse estudo, está inscrita nos postulados de Authier-Revuz (1998; 2004).

Desse modo, tendo em vista que o presente estudo contempla a categoria do *fenômeno da modalização autonímica*, apresentamos, no tópico que se segue, as categorias que compreendem o *fenômeno da modalização autonímica* ou *as não coincidências do dizer* (doravante NCD). As NCD compreendem, portanto, *unidades da língua* que marcam a responsabilidade enunciativa, conforme entende Adam (2008).

As não coincidências do dizer como categoria da responsabilidade enunciativa

Considerando que as NCD têm em Authier-Revuz (1998; 2004) como principal referência teórica, é necessário tecermos alguns comentários acerca desse fenômeno a partir dos estudos dessa autora. Authier-Revuz (1998; 2004) lista quatro tipos ou *pontos* de NCD, a

saber: (i) *pontos de não coincidências do discurso com ele mesmo*; (ii) *pontos de não coincidências interlocutiva*; (iii) *pontos de não coincidências entre as palavras e as coisas* e; (iv) *pontos de não coincidências das palavras com elas mesmas*. Segundo Authier-Revuz (2004), as categorias (i) e (ii) têm como base o dialogismo bakhtiniano e a interdiscursividade de Pêcheux; já as categorias (iii) e (iv) têm como base o discurso teórico da psicanálise freudo-lacanianana. Cabe dizer que as quatro categorias enunciativas possuem vários formatos linguísticas e se desdobram em sub-categorias diversas. Dito isto e tendo em vista a diversidade das formas linguísticas de cada categoria, apresentamos as *categorias principais* que assinalam o fenômeno da modalização autonímica.

(i) Da não coincidência do discurso consigo mesmo

Authier-Revuz (1998) entende a *não coincidência do discurso consigo mesmo* como constitutiva do discurso – em referência ao dialogismo bakhtiniano. Isso porque toda palavra, segundo a autora, é produzida no “meio” do já dito dos outros discursos e é habitada pelo discurso do outro. Segundo Authier-Revuz (1998), esse tipo de NCD permite especificar *tipos de fronteiras* entre si e o outro, possibilitando ao discurso produzir uma imagem de si mesmo. Ao manter o discurso do outro marcado, delimitado, o sujeito enunciador mantém, conseqüentemente, o discurso do outro distante do seu. Sobre esse aspecto, Authier-Revuz (2004, p. 183) postula que “através de um leque completo de relações com o outro – do acordo ou conflito – desenham no discurso o traçado que depende de uma ‘interdiscursividade mostrada’, de uma fronteira interior/exterior.” É evidente, nesse conceito, a ideia de fronteira que delimita um interior, aquilo que pertence ao ‘eu’ do discurso, daquilo que é exterior, o que pertence a outrem.

Como se percebe, esse tipo de NCD evidencia o fenômeno do dialogismo materializado no discurso, visto que traz as várias vozes que circulam no meio social para instaurar os sentidos. Esse “coral” de vozes, que circulam e penetram o discurso, faz com que o enunciador, o ‘eu’ de um dizer, tenha que reconhecer, marcar, o seu dizer em relação ao dito de outro, ou em relação ao dito de uma teoria, ou em relação ao dito em uma outra época, etc..

(ii) Da não coincidência interlocutiva

Authier-Revuz (2004) explica, inicialmente, que a *não coincidência interlocutiva* ocorre com *glosas* que especificam a maneira do dizer, evidenciando uma concordância dos dois interlocutores (enunciador e destinatário) quanto à *adequação da palavra, à coisa e à situação*. Segundo a autora, essa NCD procura “restaurar um UM de co-enunciação em pontos em que ele é ameaçado ou assume, nesse ponto, a não coincidência” (p.183).

A perspectiva aqui é a de que o sujeito enunciador, o ‘eu’, é dividido entre a representação que faz de si mesmo, ao se assumir como ‘eu’ que enuncia, e o Outro que lhe é constitutivo. Nesse sentido, o ‘eu’ que enuncia, antes mesmo de não coincidir com o interlocutor, pode não coincidir com-sigo-mesmo, visto que o seu dizer é atravessado pelo grande Outro da linguagem que o constitui. É com essa compreensão de sujeito-enunciador que Authier-Revuz (2004, p.192) tece o seguinte comentário: “A comunicação concebida como produção de ‘um’ dos co-enunciadores é aqui concebida como um engodo”.

Nessa NCD temos uma forma de perceber o Outro na textualidade, no fio discursivo. É um diálogo travado tanto com o interlocutor que é convocado a se fazer presente no momento da enunciação quanto com o Outro constitutivo do sujeito, o Outro que aflora do inconsciente, o Outro da linguagem. Ao mobilizar a não coincidência interlocutiva, o sujeito-enunciador tenta, por um lado, reestabelecer a unidade discursiva ameaçada pela presença do outro, ou, por outro lado, explicita a presença do não-Um, na enunciação (AUTHIER-REVUZ, 2004).

(iii) Da não coincidência entre as palavras e as coisas

Authier-Revuz (1998; 2004) explica a *não coincidência entre as palavras e as coisas* a partir da teoria lacaniana, considerando a concepção lacaniana sobre *real, imaginário e simbólico*. Na *não coincidência entre as palavras e as coisas*, constatamos a relação entre o real e a linguagem que nomeia esse real. As “coisas” são colocadas como objeto-real a nomear e as palavras como sistema simbólico significante. A língua, portanto, é vista como o instrumento utilizado para nomear, “capturar”, o real. No entanto, a nomeação ou captura do real pela palavra não é possível porque o real é, em sua essência, radicalmente heterogêneo à ordem simbólica (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Essa categoria, portanto, trata da manifestação dessa não coincidência entre a palavra (ordem simbólica) e as coisas que ela designa, nomeia, captura (o real). Essa relação entre palavras e realidade é tida como falha, considerando que o sujeito é constitutivamente falho, como explica a autora:

A falta (constitutiva do sujeito como falho) de ‘captura do objeto pela letra’, que desemboca na ‘perda’ inerente à linguagem, à que respondem, sob modos opostos, a escritura – que habita essa separação – e a produção de mitos consoladores – línguas ‘perfeitas’ diversas, que recusam a separação. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 23-24).

Conforme esse enunciado, existe uma falta na captura do objeto pela língua, ou seja, as coisas não são ‘capturadas’ na sua complexidade pela língua, desembocando na ‘perda’ que é inerente à linguagem. O sujeito, no entanto, tenta sempre alcançar, nomear, esse real. Nesse esforço, o texto manifesta fenômenos que expressam *a não coincidência entre as palavras e as coisas*. Portanto, conforme Authier-Revuz (1998), a *não coincidência entre as palavras e as coisas* são pontos do discurso em que, na escritura, ‘habita’ a falta da captura do real pela linguagem; é, em outros termos, um espaço de equívoco.

(iv) Da não coincidência das palavras com elas mesmas

Ao explicar *a não coincidência das palavras com elas mesmas*, Authier-Revuz (1998; 2004) mostra que esta remete a fenômenos que são próprios do sistema linguístico. Entre eles é citado: polissemia, homonímia, trocadilho. Ademais, os pontos de *não coincidência das palavras com elas mesmas* ocorrem em “glosas que fazem jogar em X os outros sentidos, as outras palavras da polissemia, da homonímia, dos trocadilhos” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.190).

Ocorre *a não coincidência das palavras com elas mesmas* em pontos que designam uma recusa de certos sentidos ou, ao contrário, como uma aceitação dos fatos de polissemia, de homonímia, de trocadilho, etc.. Os casos de recusa são entendidos como a especificação de um sentido e a recusa de outros. Já os casos de aceitação são vistos como a integração ao sentido dos fatos citados anteriormente (de homonímia, de trocadilho, de polissemia, etc.).

Em outras palavras, ao testemunhar a presença da polissemia e da homonímia, o locutor enunciador tenta estabelecer a unidade, ou seja, tenta estabelecer um sentido entre vários outros possíveis, e para isso tenta anular o *equivoco* e a *falta* por meio de relações dialógicas, instaurando uma *não coincidência das palavras com elas mesmas*.

A responsabilidade enunciativa no texto científico

Na análise que se segue, mostramos a ocorrência das NCD e dos posicionamentos dos estudantes em relação ao PdV de outrem, analisando, para isso, alguns fragmentos recortados do *corpus*, com a finalidade de ilustrar e demonstrar a materialização de cada uma das categorias mobilizadas.

No exame do *corpus*, constatamos a ocorrência de três NCD, a saber: (i) *pontos de não coincidência do discurso com ele mesmo*; (ii) *pontos de não coincidência interlocutiva*; (iii) *pontos de não coincidência entre as palavras e as coisas*. Ademais, verificamos de que modo o estudante se posiciona em relação às vozes que se apresentam explícitas ou implícitas na materialidade textual. Desse modo, tomando por base os estudos de Rabatel (2009), constatamos que os estudantes tendem a concordar com os pontos de vista de outrem, revelando que as vozes de outrem são citadas mais para corroborar, apoiar, confirmar, respaldar, fundamentar o dizer do estudante, isso se deve, muito possivelmente, ao fato de ser ele um pesquisador iniciante, e, por isso, precisar do dizer do outro, do especialista da área, para fundamentar o seu discurso. Além disso, constatamos, também, que os pontos de vista de outrem são citados sem haver uma concordância explícita, ou seja, é citado sem que o estudante tome partido, concordando ou discordando dele. Por fim, constatamos, ainda, casos em que os estudantes não concordam com o PdV imputado, o que confirma uma tendência dos estudantes para reafirmarem o ponto de vista de outrem. Os fragmentos dispostos a seguir são ilustrativos desses resultados.

(01)

Nossa preocupação é com tais funções exercidas por esses vocábulos, pois estes aparecem nas enciclopédias de forma presa, ou seja, os gramáticos não propõem uma abertura de possibilidades de funções que essas podem desempenhar em diversos contextos, assim como afirma Travaglia:

A proposta é também trabalhar gramática numa perspectiva formal mais ampla, na dimensão do funcionamento textual-discursivo dos elementos da língua, uma vez que a língua funciona em textos que atuam em situações específicas de interação comunicativa e não em palavras e frases isoladas e abstraídas de qualquer situação ou contexto de comunicação. (TRAVAGLIA, 2006, p.10)

Para muitos professores o ensino de gramática se resume no ensino de nomenclaturas das diferentes classes de palavras. Assim tem-se a idéia de que estudar a análise morfológica por meio de regras torna o aluno capaz de falar e escrever bem, uma vez que, não é necessariamente reconhecer as unidades linguísticas para desempenhar atividades textuais [...]. (AC01, p. 02)

Neste fragmento, temos uma ocorrência de uma *não coincidência do discurso com ele mesmo*. Ao discorrer sobre as funções exercidas pelos vocábulos, o estudante chega em um ponto do discurso em que sente a necessidade de trazer outros pontos de vista para fundamentar o seu dizer, mobilizando, assim, por meio de um discurso citado direto¹⁰, os dizeres de *Travaglia (2006, p.10)*. Conforme Authier-Revuz (1998), essa NCD é representada, de forma explícita, por meio de citações, alusões, em que marcas linguísticas assinalam a presença do heterogêneo, do não-Um constitutivo da enunciação. Desse modo, o discurso evidencia, de forma explícita, o outro, as outras vozes, outros pontos de vista que são convocados a se fazerem presentes no discurso do estudante.

Além disso, cabe lembrar que essa NCD em destaque assinala, na perspectiva dos estudos de Adam (2008), a responsabilidade enunciativa exatamente por fazer emergir pontos de vista vindos de um outro discurso, de um outro lugar, de um outro enunciador, ou seja, *Travaglia (2006, p.10)*. Citando o ponto de vista (PdV) desse estudioso de que se deve *trabalhar gramática numa perspectiva formal mais ampla, na dimensão do funcionamento textual-discursivo dos elementos da língua*, embora concorde com ele, o estudante não o

¹⁰ Conforme categoriza Authier-Revuz (1998; 2004), a *não coincidência do discurso com ele mesmo* se desdobra em várias outras subcategorias, entre elas, temos, por exemplo, o discurso citado direto, o discurso citado indireto, palavras de uma outra época, palavra de uma outra teoria. De forma semelhante, todas as outras *não coincidência do dizer* se desdobram em subcategorias.

assume como sendo seu. Assim, a questão é: a quem pertence o discurso marcado? Ao atribuir a um outro, a responsabilidade pelo discurso citado direto não é assumida pelo estudante. Digamos de outra maneira: apesar de inserir as palavras em seu discurso, o estudante não assume a responsabilidade por elas. Essa conclusão é corroborada pela própria tomada de recursos linguísticos e tipográficos (verbo que indica um enunciado, *afirma*, identificação de um autor do dizer, *Travaglia*, identificação de uma outra época, *2006*, recuo do discurso à esquerda e diminuição da fonte), que são mobilizadas para marcar o que se atribui ao discurso do estudante e ao exterior desse discurso, que lhe é constitutivo.

(02)

Irané Antunes (2007) diz que os alunos das séries iniciais do ensino Fundamental se angustiam, quando se sentem na obrigação de “aprenderem” as definições dos substantivos, dos adjetivos, dos verbos e das demais classes para que possam reconhecê-las e grifá-las, quando fazem as leituras de textos. Nessa perspectiva o ensino de gramática não tende a esclarecer os alunos, mas confunde-os ainda mais (AC01, p. 03)

No fragmento (02) temos mais uma ocorrência de uma *não coincidência do discurso com ele mesmo*. O estudante inicia um parágrafo de seu texto, recorrendo aos dizeres de *Irané Antunes (2007)*, em que essa autora constata o fato de alunos das séries iniciais do ensino Fundamental se angustiarem diante da obrigação de aprenderem as definições das classes de palavras. Para isso, utiliza um discurso citado indireto (DI). A estrutura: nome da autora, ano da publicação da obra, verbo *dicendi* mais *que*, *Irané Antunes (2007) diz que*, denuncia essa ocorrência em que, diferentemente do DD, apenas os sentidos do discurso do outro são retomados.

No fragmento em análise, contamos, ainda, o uso de aspas para marcar uma palavra como não pertencendo ao estudante, a saber, “*aprenderem*”. Ao colocar essa palavra entre aspas, o estudante está destacando-a, marcando-a. No caso, considerando que ela está inserida dentro de um contexto de DI, configurando-se em uma ilhota textual, é mais coerente dizer que o estudante está sinalizando que esse termo não pertence a ele, que não é de sua

responsabilidade. Com isso, ele quer destacar que essa palavra pertence a um outro, a *Iranđé Antunes (2007)*.

Com relação ao uso das aspas, podemos depreender de Adam (2008) que a abertura e o fechamento delas facilitam a delimitação do que pertence ao outro, ao discurso que está na dependência de um outro ponto de vista, e ao que pertence ao autor do texto. Em Authier-Revuz (1998; 2004), as aspas assumem papel de grande relevância, entre eles o de marcar fronteiras entre dois discursos: o discurso citante e o discurso citado. Ao marcar fronteiras de pertencimento, o produtor do texto assume uma atitude de ser “fiel” ao discurso do outro, sendo que essa fidelidade reside no fato dele não assumir como suas as palavras de outrem.

(03)

Para Marcuschi (op. cit.), os efeitos de sentido são produzidos pelos leitores ou ouvintes na relação com os textos, de modo que as compreensões daí decorrentes são fruto do trabalho conjunto entre produtores e receptores em situações reais de uso da língua. O sentido não está no leitor, nem no texto, nem no autor, mas se dá como um efeito das relações entre eles e das atividades desenvolvidas. Podemos dizer que, são as atividades desenvolvidas em sala que vão motivar ou desmotivar ao aluno. (AC03, p. 04)

Em (03), temos a ocorrência de duas NCD. A primeira, uma *não coincidência do discurso com ele mesmo*, abre o parágrafo, qual seja: *Para Marcuschi (op. cit), os efeitos de sentido são produzidos pelos leitores ou ouvintes na relação com os textos*. O uso dos recursos introdutórios *Para Marcuschi (op. cit.)* permite classificá-la com uma modalização em discurso segundo. Esse tipo de introdutor, conforme identifica Adam (2008, p. 115), marca “uma zona textual sob a dependência de uma fonte de saber”. Assim, conforme esse mesmo autor, os enunciados podem não ser assumidos pelo locutor-narrador, sendo delegada a responsabilidade por ele a um outro, a uma outra fonte de saber. No caso acima, a fonte de saber é *Marcuschi*.

A segunda NCD é uma *não coincidência interlocutiva*. Ela ocorre na parte final do parágrafo, quando o estudante faz uma afirmação conclusiva, chamando outras vozes para compartilharem a responsabilidade do enunciado. A expressão *Podemos dizer* marca a polifonia enunciativa. Essa constatação assegura que a responsabilidade enunciativa está ancorada na polifonia bakhtiniana, conforme entende Adam (2008) e, também, no dialogismo, conforme postula Rabatel (2009). Desse modo, questionamos: quem diz? Quantos dizem? A

quem o plural de *podemos* está marcando? Uma informação importante desse fragmento é que ele foi retirado de um artigo científico que não apresenta coautoria. Assim, essa maneira de dizer evidencia uma concordância dos dois interlocutores (enunciador e destinatário) quanto à *adequação da palavra, à coisa e à situação*. Segundo Authier-Revuz (2004), essa NCD procura “restaurar um UM de co-enunciação em pontos em que ele é ameaçado ou assume, nesse ponto, a não coincidência” (p.183). Ademais, é possível que a concordância não diz respeito apenas ao enunciador e ao destinatário, mas também aos discursos que são citados, aos teóricos que são convocados para o discurso. É como se o estudante estivesse chamando os interlocutores, os discursos dos outros, o Outro da linguagem que o constitui, para, em concordância com ele, dizerem, enunciarem e compartilharem a responsabilidade.

É nesse ponto que a *não coincidência interlocutiva* marca a responsabilidade enunciativa. Ao convocar o outro, o estudante compartilha a responsabilidade enunciativa. Além disso, essa ocorrência evidencia o dialogismo bakhtiniano pelo fato de mostrar o outro constitutivo da linguagem. Sendo constitutivo do sujeito enunciador, o outro aparece na linguagem. O fragmento em análise mostra a negociação entre o enunciador, o estudante e esse outro. É nesse movimento do UM com os outros e com o Outro do discurso que são produzidos os sentidos do texto, neste caso específico do texto acadêmico.

(04)

[...] a criança, em sua fase de aquisição da linguagem, assim como mostra Scarpa (2001, p. 118), é dada através do sociointeracionismo, em que a linguagem e conhecimento do mundo estão inteiramente relacionados e os dois passam pela medição do outro, do interlocutor. Quer dizer, é nessa fase que a escola deve promover alternativas significativas para que a criança, futuramente, se torne um leitor assíduo capaz de compreender qualquer tipo de texto. (AC08, p.05)

Nesse outro fragmento, temos um exemplo de *não coincidência entre as palavras e as coisas*. Nele, o estudante discorre sobre a aquisição da linguagem através do sociointeracionismo, citando Scarpa (2001, p.118). Em certo ponto do texto, o estudante procura reiterar, ou melhorar o enunciado, como reconhecendo que não foi claro o dito anteriormente, a saber: *Quer dizer, é nessa fase que a escola deve promover alternativas significativas para que a criança, futuramente, se torne um leitor assíduo capaz de compreender qualquer tipo de texto*. Constatamos o esforço do estudante para adequar os termos ao referente, vendo-se na possibilidade de não ter seu texto compreendido. O trecho revela a busca do estudante diante da complexidade do real a ser nomeado pelo simbólico.

Vemos, ao mesmo tempo, o esforço dele em tentar alcançar esse real pela linguagem. É importante que fique claro, contudo, que essa é uma tentativa sempre frustrada, considerando o pressuposto de que a nomeação ou captura do real pela palavra não é possível, porque o real é, em sua essência, radicalmente heterogêneo à ordem simbólica (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Nessa NCD, do ponto de vista da responsabilidade enunciativa postulada por Adam (2008), é possível perceber uma maior assunção da responsabilidade enunciativa por parte do estudante. Até porque é um ponto do texto em que o estudante pensa sobre sua escrita, tentando ajustá-la, como se percebesse um *furo* na rede dos sentidos (AUTHIER-REVUZ, 2004), provocado pela relação, nunca perfeita, entre a linguagem (simbólico) e a realidade. Ele empreende um esforço para nomear o real sem recorrer a outros pontos de vista. A busca pela completude, pela perfeição entre o referente e o simbólico é uma ação de um enunciador que tenta comunicar de forma clara, sem brechas, nem duplo sentido. Esse esforço, sem recorrer a exteriores, é uma ação que denota assunção de responsabilidade. Nesse sentido, comparada com as outras duas NCD, apresentadas acima, a *não coincidência entre as palavras e as coisas* manifesta uma maior assunção de pontos de vista por parte do estudante.

Além desses aspectos, este trabalho deteve-se em analisar o posicionamento do estudante em relação às vozes que ele cita em seu texto. Nesse sentido, analisaremos o fragmento abaixo com vistas a demonstrar esse outro aspecto.

(05)

Martins (2007) nos apresenta tipos de leitura, onde ela postula que não é apenas a leitura das palavras, mas fazer leitura de situações e, acima de tudo, uma luta para não sermos pessoas alienadas. Depois, se não temos a vivência da leitura, podemos iniciar a qualquer momento, observando o que temos a nossa volta, e aguçando a nossa curiosidade.

Foi acreditando nesse segundo ponto, em criar o gosto pela leitura nos nossos alunos que iniciamos a proposta de retextualização, uma vez que, a nossa avaliação foi feita de forma contínua: pesquisas, conversas, produções, a retextualização do paradidático e, ainda, por fim, as apresentações das produções escritas. (AC03, p. 03)

O fragmento em destaque ilustra casos em que o estudante recorre às vozes, ao ponto de vista (PdV) de outrem, concordado com ele. Cabe esclarecer que a concordância, necessariamente, não ocorre na sequência imediata ao ponto de vista imputado a outro. Mas ela pode ser inferida a partir da leitura global do texto. Esclarecemos: a concordância com o PdV imputado a outro por parte do estudante, na maioria das vezes, é percebida considerando

o co-texto, ou melhor, segmentos maiores do texto. Foi esse o procedimento adotado na análise do *corpus* desse estudo.

Podemos constatar ainda nesse fragmento que um ponto de vista é imputado a um outro, a *Martins (2007)*. O estudante produtor desse artigo não é o autor desse ponto de vista. No entanto, ele o cita para fundamentar sua discussão sobre a temática da leitura, não apenas a leitura das palavras, mas a leitura de situações. O estudante concorda com o conteúdo desse ponto de vista. Ele declara *acreditar nesse ponto*, configurando um acordo com o PdV imputado a outro enunciador (uma PEC, no entender de Rabatel (2009)).

Conclusão

Este estudo pautou-se no objetivo de analisar a responsabilidade enunciativa na escrita dos artigos científicos de estudantes de Letras, focalizando a categoria das NCD. Especificamente, objetivamos identificar, descrever e analisar as marcas linguísticas que assinalam a responsabilidade enunciativa e como elas são mobilizadas por esses estudantes. Além disso, procuramos saber, também, de que modo os estudantes se posicionam em relação aos pontos de vista inscritos no texto. Assim, respondendo as questões suscitadas, esperamos poder evidenciar como os sentidos são construídos no texto científico, no que se refere ao diálogo com as diversas vozes que atravessam a sua constituição.

Como uma das formas da heterogeneidade discursiva, as NCD são pontos que manifestam a responsabilidade enunciativa e perpassam a escrita do estudante de Letras, que é construída a partir de outros pontos de vista, conforme mostrou nossa análise. A análise aponta para a compreensão de que o estudante nem sempre assume um ponto de vista próprio na construção de sentidos do texto científico, assumindo, assim, pontos de vista de outros. De fato, o *corpus* revela que o discurso do estudante é perpassado, atravessado, composto por ditos de outrem.

Orientando-se por uma análise qualitativa, é possível dizer que a inexistência de um ponto de vista próprio, resultante de uma crítica, e o fato de tanto recorrer aos pontos de vista dos outros, de reproduzir outras vozes e de não assumir o dizer, os estudantes limitam-se a expressarem, na maioria das vezes, uma posição de concordância em relação ao dizer de outrem.

O olhar sobre esses dados precisa, entretanto, levar em conta a própria posição na qual se encontra o estudante da graduação, identificada como aquela em que esse estudante fica bem mais assentado no nível da reprodução das vozes convocadas em seu texto, reafirmando-as, justamente porque nelas busca fundamentação, seja teórica ou metodológica. Somente após uma larga experiência com a produção acadêmico-científica, sendo isso mediada pela intervenção constante dos professores com a prática da revisão e da reescrita, é que seriam dadas a ele as condições para se arriscar num nível que lhe permita uma participação avaliativa, crítica, opinativa, analítica. A formação acadêmica desse estudante bem como a intervenção pontual dos professores apresentam um papel fundamental no sentido de preparar um sujeito com tais competências discursivas.

Com essas considerações, espera-se abrir um espaço para se repensar, também, o papel dos manuais de metodologia científica, discutindo, por exemplo, se não seria oportuno conferir um tratamento mais textual-discursivo acerca de questões relativas ao que eles denominam como citação de fontes alheias. Assim, articulada à orientação técnica da citação, cabe também uma abordagem que oriente para o manejo de estratégias textuais e discursivas e de suas implicações para a construção dos sentidos do texto, considerando esse diálogo constitutivo que se faz com a palavra alheia.

Referências

ADAM, J. M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Leurquin. Revisão Técnica: Luis Passeggi e João Gomes das S. Neto. São Paulo: Contexto, 2008.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, et al. Revisão técnica da tradução Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Ed. da UNICAMP. 1998.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.11-80.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Hucitec/ Unesp, 1990.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

- BERGOUNIOUX, G. **Le Moyen de parler**. Paris: Verdier, 2004.
- COLTIER, D.; DENDALE, P.; BRABANTER, P. de. La notion de prise en charge: mise en perspectiva. **Langue française** – La notion de prise en linguistique, n. 162, p. 3-27, jun. 2009.
- GUENTCHÉVA, S. (org.). Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps français. **Langue française**, n. 102. Paris: Larousse, 1994, p.8-23.
- MAINGUENEAU, D. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MATENCIO, M. de L. M. Atividades de re (textualização) em praticas acadêmicas: um estudo do resumo. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.109-122, 1997.
- PASSEGGI, L. *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama de pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010, p. 262-312.
- PHILIPPE, G. Le paradoxe énonciatif endophasique et ses premières solutions fictionnelles. **Langue française**, n. 132. Paris: Larousse, 2001, p.96-105.
- RODRIGUES, M. das. G. S. Gêneros discursivos acadêmicos: de quem é a voz? In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2009, Portugal. **Anais eletrônicos...**Portugal: Universidade de Évora, 2009. Trabalho Completo. Disponível em: <<http://www.simelp2009.uevora.pt/slgs/slg26.html>>. Acesso em: 01 ago. 2011.
- _____. A continuidade de sentido em relatórios produzidos por concluintes de Letras. In: SILVA, C. R; CHRISTIANO, M. E. A.; CASTRO, O. M.(Org.). **Da gramática ao texto**. João Pessoa: Idéia, 2003. p.57-80.
- RABATEL, A. Prise en charge et imputation, ou la prise en chrage à responsabilitée... **Langue Française** – La notion de prise en charge em linguistique, n. 162, p.23-27, jun. 2009.
- RAMIRES, V. Gêneros textuais e relações de poder na comunidade acadêmica. **Revista do GEL**, n. 4, p.129-147, 2007.